

Ministério do Esporte

CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

EXTRATO DA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2003

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e três, às quatorze horas e quinze minutos, realizou-se a quarta reunião ordinária do Conselho Nacional do Esporte - CNE, sob a condução do Ministro de Estado do Esporte e Presidente do CNE, Agnelo Queiroz, e com a presença dos seguintes membros e participantes: Secretário Nacional de Esporte, Orlando Silva de Jesus Júnior; Representante do Ministério da Justiça, Carlos Eugênio Timo Brito; Representante do Ministério da Educação, Antonio Ibañez Ruiz; Representante do Ministério do Trabalho e Emprego, Rogério Baptista Teixeira Fernandes; Representante do Ministério das Relações Exteriores, Conselheiro Joaquim Paiva; Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro, Vital Severino Neto; Presidente do Conselho Federal de Educação Física, Jorge Steinhilber; Representante da Comissão Nacional de Atletas, Bernard Rajzman; Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer, Lars Schmidt Grael; Representante do Desporto Nacional, Maria Paula Gonçalves da Silva. Compareceram também, o Secretário-Executivo do Ministério do Esporte, Francisco Gil Castello Branco Neto e a Diretora de Programa do Ministério do Esporte, Maristela Medeiros das Neves Gonçalves. O Ministro Agnelo Queiroz após dar as boas vindas a todos apresentou a pauta para a reunião aos Conselheiros presentes, que aprovaram com unanimidade. Foram justificadas as ausências: dos Conselheiros Carlos Caetano Bledorn Verri, o Dunga, Carlos Arthur Nuzman e do Dr. Eduardo Henrique De Rose, todos por motivo de viagem ao exterior, anteriormente agendada; dos parlamentares Deputados Federais Carlos Melles e Gilmar Machado, pelo equívoco no comunicado sobre a data da reunião, vez que o convite foi remetido diretamente para a Presidência da Câmara dos Deputados e não diretamente aos Conselheiros; e do Conselheiro Senador Valmir Amaral por necessidade imperiosa de comparecer a uma votação que transcorria no mesmo horário no Congresso Nacional. Compareceu o Senhor Arialdo Boscolo, Presidente da Confederação Brasileira de Clubes, a convite do Presidente do CNE. Iniciada a reunião o Ministro Agnelo justificou a necessidade de discussão sobre a Medida Provisória número setenta e nove, que tramita no Congresso Nacional, tendo em vista que o dispositivo legal remete ao CNE uma série de atribuições e responsabilidades, justificando que a medida determina que os clubes encaminhem os laudos para este Conselho, como a aprovação está em curso, entendeu que seria necessária a discussão para responder a esta situação. Informou ainda, aos Conselheiros, que a Medida Provisória número setenta e nove já está no Senado Federal e que o desejo do Governo Federal é que seja aprovada uma legislação mais rígida que ajude e estimule na organização e profissionalização do futebol brasileiro. Sobre os planos para a gestão que ora se inicia ele destacou que a idéia central da política governamental é fazer do esporte um instrumento de inclusão social. Deixou claro que o desejo do Governo é potencializar sua ação por meio de parcerias com diversos segmentos públicos e privados. Foi distribuída senha para acesso ao Fórum Brasil Esporte dois mil e três a dois mil e sete, onde cada Conselheiro poderá avaliar os programas e atividades hoje em desenvolvimento no Ministério do Esporte, além de enviar sugestões de novas ações, para compor subsídio de elaboração da Política Nacional de Esporte e Lazer para este período de gestão governamental. Sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor, o Ministro informou que se encontra em tramitação no Senado Federal, e que o Ministério do Esporte está atento, acompanhando sua tramitação no poder legislativo, considerada como uma medida estratégica de segurança em áreas mais sensíveis, pela intervenção preventiva e consciente dos agentes envolvidos. Foi apresentado pelo Ministro Agnelo o Orçamento de dois mil e três para o Ministério do

Esporte, com os recursos previstos na Lei, os oriundos de Emendas Parlamentares e o Limite Orçamentário autorizado para execução neste exercício. Ainda sobre o orçamento, informou o Ministro do Esporte aos Conselheiros da importância da participação do CNE na elaboração do Plano Plurianual de dois mil e quatro. O Conselheiro Vital Severino Neto, Presidente do CPB, ressaltou a importância de estabelecer prioridade para o esporte paraolímpico e comunicou que fará, no âmbito do CPB, um levantamento das prioridades na área das competições internacionais; que este ano vão qualificar atletas para Atenas em dois mil e quatro e encaminhará uma exposição de motivos para o ministério a fim de subsidiar a eleição das prioridades no atendimento. O Conselheiro Lars Graef, apresentou um estudo sobre o impacto econômico da isenção dos impostos de Importação sobre material olímpico e paraolímpico, Lei número dez mil, quatrocentos e cinquenta e um, de dez de maio de dois mil e dois, nos exercícios de dois mil e dois e dois mil e três, e propôs uma articulação governamental com o Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, para que se estenda o benefício concedido pelo Governo Federal da lei de importação para o ICMS. O Presidente do CNE propôs que o Ministério do Esporte, em nome do CNE, fizesse a articulação necessária para levar o assunto ao CONFAZ. Todos concordaram. Conselheiro Bernard Rajzman levantou a questão das dívidas dos clubes com o INSS, propondo uma comissão para estudar mais profundamente uma solução definitiva sobre o assunto na elaboração de uma proposta a ser apresentada no CNE. O Presidente do CNE propôs que o próprio Conselheiro elaborasse uma proposta sobre o assunto com os tópicos a serem estudados e sugestões sobre a composição dessa Comissão, para apresentação na próxima reunião do Conselho. Todos aprovaram. Solicitou ainda o Conselheiro Bernard, em nome dos demais componentes da Comissão Nacional de Atletas - CNA, que fosse realizada uma articulação entre o Ministério do Esporte e a Secretaria de Estado de Comunicação de Governo e Ações Estratégicas, da Presidência da República, com a finalidade de permitirem a participação de atletas nos comitês de marketing e patrocínios das empresas estatais. Por último, o Conselheiro Bernard Rajzman comunicou que esta seria sua última participação no Conselho como representante da CNA, tendo em vista que pelo processo eleitoral recém realizado, o atleta Lars Schmidt Graef, será o novo Presidente da Comissão. Informou ainda que a atleta Ana Moser será a Vice Presidente da CNA, e que, tendo em vista que o Lars Graef já participa do CNE pela sua representação no Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer, ficará a atleta Ana Moser, indicada pela Comissão Nacional de Atletas para representá-los no CNE. A Conselheira Maria Paula Gonçalves da Silva, reivindicou que ao se estudar uma proposta de legislação para as ações antidoping, seja incluída a co-responsabilidade do técnico e médico, envolvidos com o atleta alvo da acusação. De pronto, o Presidente do Conselho, concordando com a preocupação exposta pela atleta, propôs que fosse objeto de pauta da próxima reunião a proposta de criação da Comissão Nacional Antidoping. A proposta recebeu apoio do Conselheiro Jorge Steinhilber, e do Conselheiro Lars Graef. Informou o Ministro Agnelo Queiroz que o Brasil é signatário do Código Mundial Antidoping, formulado pela Agência Mundial Anti Doping - WADA, e que, portanto, urge a necessidade da criação desta Comissão brasileira para propor as medidas e legislações necessárias a fim de nos adaptarmos às normas mundiais. Todos concordaram. O Ministro de Estado do Esporte e Presidente do Conselho Nacional do Esporte agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às dezessete horas e vinte e sete minutos, lavrando-se ata, cujo extrato vai aqui aprovado para a devida publicação.